

# **A ESTRATÉGIA DE ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS NA PESQUISA CLÍNICA EM PSICANÁLISE**

Julio Verztman<sup>1</sup>

Trataremos aqui da delicada discussão acerca da possibilidade de se fazer pesquisa em psicanálise, e da definição de seus critérios metodológicos. Diante deste tema, grande parte das discussões encontradas na literatura é desviada para a controvérsia sobre a cientificidade da psicanálise, enquanto um debate sobre as formas possíveis de pesquisa em nosso campo permanece pouco explorado.

É sabido que os conceitos e pressupostos psicanalíticos possuem um grau de fluidez e indeterminação que são próprios à especificidade e complexidade do objeto ao qual se refere: o estudo do inconsciente. Devemos ressaltar que a psicanálise divide este tipo de indeterminação com outros saberes que fazem parte do que se convencionou denominar de ciências humanas, as quais também se dirigem para o estudo da significação, da intencionalidade, da atribuição de juízo de valor e de afeto, entre outros acontecimentos. Ao contrário das ciências naturais, estes saberes lidam com objetos que não se prestam a protocolos de objetivação e verificação e requerem outros princípios de avaliação.

Grande parte das discussões sobre a possibilidade da pesquisa em psicanálise e seus métodos centra-se, infelizmente, em torno da defesa ou refutação do paradigma quantitativo, desconhecendo-se o fato de que há outros modelos bem mais próximos de nosso campo de saber, desenvolvidos exatamente pelas outras ciências que tem por objeto a subjetividade. Almejamos uma proximidade estratégica com estas propostas metodológicas.

O modelo de estudo de caso, adotado e modificado por Freud, mas não criado por ele, tornou-se o modelo de produção de saber por excelência ao longo da história da psicanálise. Nas ciências humanas (Yin, 2005), o “estudo de caso” é a estratégia escolhida ao se examinar eventos contemporâneos, implicando na observação direta dos acontecimentos que estão sendo estudados. O estudo de caso não representa uma

---

<sup>1</sup> Psicanalista e psiquiatra, doutor (UFRJ), coordenador do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da Contemporaneidade (NEPECC-UFRJ), psiquiatra do IPUB-UFRJ

amostragem, seu objetivo é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística).

Na psicopatologia fundada por Jaspers o estudo de caso, denominado por este autor de *casuística*, tornou-se um método *princeps*:

“A base fundamental da psicopatologia é constituída de casos singulares. A descrição desses casos e do histórico dos pacientes – desde a exposição de fenômenos particulares até uma biografia completa – é a casuística. Os métodos casuísticos proporcionam a grande maioria de nossos conhecimentos e de nossas concepções”. (Jaspers, 1913, 37-8).

O estudo de caso único, tanto na psicopatologia inspirada pela fenomenologia quanto na psicanálise, passou a ser o paradigma de estratégias de estudo de caso. Mesmo reinterpretada sob os novos parâmetros da disciplina criada por Freud, esta abordagem manteve-se como eixo principal da pesquisa clínica em psicanálise, desde seu fundador até o presente momento. Segundo Nasio, a expressão “caso” designa, para o analista, o interesse muito particular que ele dedica a um de seus pacientes. Na maioria das vezes, esse interesse leva a um intercâmbio de sua experiência com seus colegas, mas, vez por outra, dá margem a uma observação escrita, que constitui então o que realmente chamamos de “*caso clínico*” (Nasio, 2001, p.11).

Nasio lembra que, no discurso médico, a palavra “caso” assume um sentido muito diferente, ou até oposto ao sentido psicanalítico: enquanto, na medicina, o caso remete ao sujeito anônimo que é representativo de uma doença, para nós psicanalistas, ao contrário, o caso exprime a própria singularidade do ser que sofre e da fala que ele nos dirige.

Este autor define “três funções de um caso”: (Nasio, 2001, p.12)

- Função didática: os casos têm poder de sugestão e ensino, transmitem uma teoria, dirigindo-se à imaginação e à emoção do leitor, que é capaz de se imaginar no lugar do terapeuta e do paciente.

- Função metafórica: freqüentemente a observação clínica e o conceito que ela ilustra são tão imbricados que a observação substitui o conceito, tornando-se metáfora deste. Por exemplo, ao estudar a psicose, evocamos diretamente o caso Schreber. “É até possível que o caso-metáfora seja estudado, comentado e incansavelmente retomado, na

comunidade dos praticantes, a ponto de adquirir um valor emblemático, ou mesmo de fetiche”.

- Função heurística: muitas vezes o caso ultrapassa seu papel de ilustração e de metáfora emblemática, tornando-se, em si mesmo, gerador de conceitos, permitindo novas hipóteses, que enriquecem a teoria.

Mesmo reconhecendo as importantes funções do estudo de caso único em psicanálise, não devemos considerar este como nosso único método disponível de investigação prática. Tal método implica numa seqüência de acontecimentos derivados do aprofundamento descritivo e compreensivo de um único caso, o qual pode limitar a possibilidade de achados comparativos. Quando descrevermos a estratégia de *estudo de casos múltiplos*, avaliaremos outras alternativas. Tais alternativas estão inseridas no que se denomina mais amplamente de *pesquisa qualitativa*.

Passamos agora a resumir as principais características da pesquisa qualitativa (Turato 2003, Fossey et als 2002, Malterud 2001e Whitley et Crawford 2005):

- A pesquisa é *naturalística*, ou seja, o pesquisador tem como campo o ambiente natural do sujeito para a coleta de dados, em oposição à pesquisa experimental. *Settings* de saúde, por exemplo, seriam considerados ambientes naturais.

- A pesquisa visa observar e interpretar fenômenos. Fatos seriam objetos das pesquisas quantitativas. O método é centrado na interpretação dos sentidos e significações dos *fenômenos e experiências*, em contraposição à enunciação dos *fatos*.

- O *processo de pesquisa* é o norteador do interesse do pesquisador e é mais valorizado que o produto final. Procura-se saber como os fenômenos ocorrem naturalmente e as relações entre eles.

- A pesquisa qualitativa tem nos elementos *teóricos e práticos*, pontos simultâneos de partida.

- A *validade* é um dos critérios mais relevantes na pesquisa, em oposição à *confiabilidade* (reprodutibilidade), visada pelas pesquisas quantitativas. Busca-se a compreensão e a precisão de seus dados, e não se espera que uma medição produza a mesma resposta sempre que for feita.

- A apresentação dos dados e a interpretação são fases concomitantes nesse tipo de pesquisa. As descrições são tratadas interpretativamente.

- A conclusão da pesquisa visa à revisão de pressupostos em detrimento da busca de leis gerais. O que interessa é conhecer de modo aprofundado o particular.

Descreveremos agora algumas características dos estudos de caso, demonstrando seu pertencimento intrínseco às principais linhas de força da pesquisa qualitativa. Nos serviremos do trabalho de Yin (2005), embora reconheçamos que este autor apresente algumas definições de trabalho de pesquisa, distantes da teoria psicanalítica. Escolhemos este autor, que é um cientista social e não alguém que possui conhecimento clínico, devido à sua descrição aprofundada deste conjunto metodológico que, em sua maior parte, ainda é desconhecido pelos psicanalistas. Em seguida, discutiremos as estratégias diferenciadas entre estudos de caso único e estudos de casos múltiplos.

O primeiro aspecto que deve ser ressaltado a respeito do estudo de caso é que ele é utilizado quando “faz-se uma questão do tipo ‘como’ ou ‘por que’ sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos, sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle” (Yin 2005, p.28). Além de tratar-se de uma pesquisa na qual as variáveis não são controladas previamente, ao contrário do estudo experimental, num estudo de caso “os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (op.cit. p. 32). O contexto, desta forma, vai desempenhar um papel determinante na forma com que os fenômenos estudados irão se apresentar ao pesquisador. Somente após o estudo estar em andamento é que se pode separar, de forma artificial, o que é contexto e o que é o objeto propriamente dito da investigação. A bússola que vai guiar o pesquisador neste trajeto é exatamente sua proposição teórica. Só se pode fazer adequadamente um estudo de caso, se o caso em questão for considerado útil para testar uma grade analítica que foi seu ponto de partida. Testar uma determinada teoria não significa confirmá-la. Pelo contrário, espera-se que um estudo de caso traga novos elementos teóricos ausentes da teoria original, entretanto é só a partir dela que se pode chegar a tais resultados.

O termo “estudo de caso” até agora, como afirmamos antes, designa algo que transcende o caso clínico em psicanálise, entretanto, podemos notar a sua aplicabilidade entre nós. Um psicanalista também não lida com eventos controlados, ele não sabe definir de ante mão o que é um contexto para a emergência de experiências, já que o contexto conhecido por ele é o da transferência, ele deve sempre se referenciar em um universo teórico, embora nenhum de seus casos lhe permita prever acontecimentos com base em uma

teoria e ele deve seguir determinados procedimentos para construir o que ele denomina de caso.

Neste ponto, devemos fazer uma pequena inflexão a fim de nos perguntar em quais circunstâncias o estudo de um único caso serve para que avancemos em nossa compreensão de nosso objeto de pesquisa. Seja tomando o caso em suas múltiplas funções, por exemplo, as funções didática, metafórica e heurística descritas por Násio (op.cit), seja como qualquer outro exercício para pensar sobre sua prática, o estudo de caso único cristalizou-se como a única forma concebível de fazer estudo de caso em psicanálise. Um dos argumentos mais pregnantes a este respeito é a impossibilidade de comparar casos que são construídos em contextos de máxima singularização.

Antes de nos posicionarmos a respeito desta última objeção ao estudo de casos múltiplos, voltemos ao trabalho de Yin, a fim de sistematizar em quais situações um estudo de caso único é elucidativo. Para este autor há 5 razões para realizar estudos de caso único (op.cit, p.62-64):

- 1- Quando ele representa o caso decisivo ao testar uma teoria bem formulada
- 2- Quando ele representa um caso raro ou extremo;
- 3- Quando ele é o caso representativo ou típico e pode-se com ele capturar uma situação lugar comum;
- 4- Quando ele é um caso revelador, ou seja, quando ele representa a oportunidade de analisar um acontecimento previamente inacessível;
- 5- Quando o objetivo é estudar um caso longitudinalmente, em dois ou mais pontos no tempo;

Uma das grandes limitações do estudo de caso único diz respeito ao papel previsto pelo caso poder mudar ao longo da investigação. Escolhe-se um caso para estudo por algumas das características acima, todavia, como a apresentação dos dados é coetânea da interpretação e análise, o caso pode não se revelar ser o que parecia ao início da pesquisa. Se isto ocorre muitas vezes nas ciências sociais, esta é quase a regra na pesquisa clínica em psicanálise. Nos referenciamos em teorias, mas estas não nos capacitam a alocar um caso entre os 5 tipos listados acima. Frequentemente um caso que parecia raro, mostra dividir com outros, características essenciais; por definição lidamos com casos reveladores, porque

só nós, sob transferência, podemos ter acesso ao material pesquisado; todavia um caso típico pode se revelar de uma singularidade tal que passa a ser definido como “nunca visto”; geralmente estudamos casos longitudinalmente, mas um caso psicanalítico nem sempre é visto em vários pontos do tempo, devido à continuidade do tratamento. Deste modo, o estudo de vários casos - mesmo que, ao contrário de Yin, não acreditemos que estes sejam estudos de replicação - podem ser uma alternativa viável, desde que firmemente ancorados nos pressupostos da psicanálise.

Recentemente descrevemos a metodologia de um estudo deste tipo (Verztman, Pinheiro, Saceanu e Viana 2005), numa investigação que se propunha a uma comparação entre sujeitos melancólicos e pessoas portadoras de lúpus eritematoso sistêmico (LES). Cumpre ressaltar que a palavra comparação, a qual qualifica um estudo comparativo, é motivo de muitas controvérsias na literatura psicanalítica. Acredita-se que os casos clínicos atendidos por um psicanalista, devido a seu contexto irredutivelmente singular, são incomparáveis e não podem ser verificados quanto a sua veracidade ou coerência por pesquisadores independentes. Repetimos mais uma vez que este modelo de comparação é o que vige nas pesquisas quantitativas, mas não é o único modelo comparativo do qual podemos lançar mão. A comparação aventada na pesquisa qualitativa, inclusive no estudo de casos únicos ou múltiplos, é uma comparação de modelos. Na psicanálise comparamos modelos de subjetividade e experiência, que estão consubstanciados numa teoria que nos informa, mas não nos aprisiona. *Comparar modelos*, os quais são abstrações que servem para dar alguns parâmetros a nossa prática, não é o mesmo que *comparar sujeitos*. A comparação de modelos de subjetividade existe desde o nascimento da psicanálise. As categorias nosológicas das quais nos servimos, as formulações sobre formas distintas de lidar com conflitos, as descrições de tipos diferentes de fantasiar, entre inúmeros outros exemplos, implicam em comparações de modelos de subjetividade. Quando descrevemos, explicitamos ou analisamos estes modelos, sempre nos referenciamos em paradigmas explícitos ou implícitos representados por casos modelares. Nossa prática está sempre influenciada pelos múltiplos casos que representam estes modelos, um caso só encontra seu sentido, na comparação com outro.

A vantagem de um estudo de casos múltiplos é a relativização do caso único como modelo para uma teoria. A multiplicação de contextos clínicos que esta estratégia produz,

facilita a percepção de determinados fenômenos, sintomas, experiências, estruturas, relações com o outro, etc, que possam se repetir em diferentes situações. Outra objeção, entretanto, pode ser colocada a um estudo de casos múltiplos: o caso expressa a relação do analisando com seu analista, de modo que, se comparação houver (o que é duvidoso), esta deverá dizer respeito à prática deste psicanalista com seus diferentes clientes. Se levarmos em consideração todas as outras estratégias mobilizadas pela pesquisa qualitativa, tais como, formação de uma amostra proposital conforme as necessidades de testagem de uma teoria, a disposição prévia de receber casos que se relacionem ao assunto estudado, a relevância dos processos de pesquisa sobre o resultado final, etc, imaginamos que uma pesquisa comparativa executada por um único pesquisador seja de difícil execução, não seja o único modelo possível, além de poder, em algumas situações, obscurecer a análise comparativa.

Tudo aquilo que afirmamos a respeito da comparação ser de modelos e não de sujeitos, se aplica ao trabalho do pesquisador. Comparamos *modelos de relação* ou *de trabalho* e não *analistas* em sua radical singularidade. A saída que propomos para, por um lado não concentrarmos todo o trabalho de pesquisa num único pesquisador (com os riscos de apego demasiado por seu trabalho) e, por outro, não dispersarmos sobremaneira o material clínico por pesquisadores que trabalham cada qual a seu modo, é a constituição de uma equipe de pesquisa que se identifique com o projeto, que participe de sua execução e elaboração, que seja capaz de garantir um ambiente propício à discussão de casos e que tenha estabilidade. Propomos uma certa dimensão coletiva para a clínica de pesquisa, principalmente na universidade, dimensão esta que ocorre igualmente em outros contextos onde a psicanálise se faz presente como, por exemplo, no campo da saúde mental. A realização de estudos de casos múltiplos comparativos, por equipes de pesquisa com esta característica, pode ser uma saída interessante para novas investigações em nosso campo. Alguns efeitos curiosos desta clínica como, por exemplo, o que denominamos de *clínica partilhada*, poderão ser aquilatados a seguir, na comunicação da Professora Diane Viana.

## Referencias bibliográficas

Fossey E, Harvey C, McDermott F & Davidson L - Understanding and evaluating qualitative research *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry* 2002; 36:717-732.

Jaspers, K. (1913) *Psicopatologia geral: psicologia compreensiva, explicativa e fenomenologia*. RJ: Atheneu, 1985.

Malterud K - Qualitative research: standards, challenges, and guidelines. *The Lancet*, Vol. 358, August 11, 2001, pp.483-488.

Nasio, J.-D. *Os grandes casos de psicose*. RJ: JZE, 2001.

Pinheiro, T. e Verztman, J.S. As novas subjetividades, a melancolia e as doenças autoimunes. In Pinheiro, T. (Org.) *Psicanálise e formas de subjetivação contemporâneas*, RJ: Contra Capa, 2003.

Turato, E. R. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde de humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

Verztman, J, Pinheiro, P, Saceanu, P, Viana, D. Patologias narcísicas e doenças autoimunes: discussão sobre a metodologia de pesquisa, revista latinoamericana de psicopatologia fundamental, 2005

Yin, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Whitley R, Crawford M - Qualitative Research in Psychiatry. *Can J Psychiatry* 50(2): 108-114, 2005.